

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Série: "Viagem Filosófica"

Publicação n.º 3



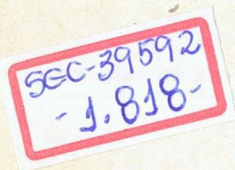
ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA NA
VISÃO DE QUATRO NATURALISTAS
DO MUSEU NACIONAL

Rio de Janeiro

1958

1610
comp.





INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

DIRETOR

TITO ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

RUA GUILHERME MOREIRA 102/112

C. P. 478

Manaus — Amazonas

Brasil

REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Av. Franklin Roosevelt, 39

salas 801, 804 e 805

Rio de Janeiro, D. F.

Brasil

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Série: "Viagem Filosófica"

Publicação n.º 3

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA NA
VISÃO DE QUATRO NATURALISTAS
DO MUSEU NACIONAL

1610
Cnup.



Rio de Janeiro

1958

Am
1906

Classificação Decimal de Melvil Dewey 925
Classificação Decimal Universal 92 (A. R. Ferreira)
Ficha impressa pelo S. I. C. n. 58-3701

INTRODUÇÃO

Por ocasião das comemorações do bicentenário de Alexandre Rodrigues Ferreira, associando-se à Sociedade dos Amigos de Alexandre Rodrigues Ferreira, presidida pelo Sr. João Rodrigues Mendes, o Museu Nacional fêz realizar no dia 27 de abril de 1956 uma sessão solene, à qual compareceram várias autoridades e pessoas gradas em nossos meios científicos.

Presidiu a sessão o Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, tomando parte na mesma, também, o almirante Álvaro Alberto e o Dr. Olímpio de Oliveira Ribeiro da Fonseca, respectivamente, 1.º Superintendente do Plano de Valorização da Amazônia, 1.º Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas e 1.º Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Não poderia assim ser mais significativa essa homenagem ao grande naturalista baiano, cujos trabalhos foram em sua maior extensão empreendidos na Hiléia Amazônica, onde o C.N.Pq., a SPVEA e o INPA através dêsses primeiros presidentes e diretores vêm procurando ampliar os estudos sôbre recursos naturais da região. Falaram nessa ocasião os seguintes oradores: Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis e Naturalistas Luiz de Castro Faria, Luiz Emygdio de Mello Filho, Emmanoel de Azevedo Martins e João Moojen de Oliveira, focalizando a figura de Rodrigues Ferreira como economista, antropólogo, botânico, geólogo e zoólogo.

Estiveram presentes à sessão entre outras pessoas gradas o Dr. Paulo Campos Porto, Diretor do Jardim Botânico, o General F. Jaguaribe de Mattos, representando o General Rondon e Doutor Bittencout de Sá, pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras.

DR. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA — GEÓLOGO

Emmanoel A. Martins

(Museu Nacional)

Nesta data, 27 de abril de 1956, comemorativa do bi-centenário de nascimento do por muitos títulos ilustre cidadão baiano, Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, é justo e razoável que o Museu Nacional, o lar dos naturalistas do Brasil, preste merecida homenagem ao eminente naturalista do século XVIII, em modesta solenidade, associando-se a muitas outras que acontecem por todo o país, glorificando a vida e obra do grande brasileiro.

Sobre a atuação do naturalista homenageado nos domínios da botânica, da zoologia e da antropologia, dissertarão os nobres colegas Luis Emigdio, João Moogen e Castro Faria, respectivamente, botânico, zoólogo e antropólogo dêste Museu.

Conferiram-nos a honrosa missão de ressaltar a obra geológica do ilustre varão. A tarefa nos parecia árdua, porquanto, além de nos falecer o engenho e arte, a coorte de biógrafos do homenageado não acorreu ao nosso apêlo, para nos oferecer melhores informes a respeito, parecendo-nos que, por muito que tiveram de dizer do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, relegaram a segundo plano a sua atuação nos campos da geologia.

Não nos ficaria bem declarar, embora seja verdade, que não dispuzemos de tempo bastante para compulsar a volumosa documentação científica de autoria do homenageado para, respigando esta e aquela obra, inventariar tudo o que bem executou como naturalista-geólogo.

Já agora, tendo confessado sem a menor intenção o nosso pecado, impõe-se a pena de contar-vos e, conseqüentemente, de ouvir-nos como agiu o naturalista geólogo Dr. Alexandre Ro-

drigues Ferreira. Suave penitência é, no entanto, pelo subido prazer de evocar um magno vulto e tão querido aos corações dos naturalistas do Brasil e, também, daqueles de Portugal.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua juventude e preparação para a vida de naturalista, no que atendia a natural propensão, adquiriu os conhecimentos geológicos do século, pois que foi aluno demonstrador de História Natural da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, Portugal, escola que, lá quanto aqui, ontem como hoje, em seu curso de Ciências, ministra os ensinamentos, quer da botânica, da zoologia, e da antropologia, quer os da geologia.

Findo o curso universitário, ainda antes de obter o título de Doutor, o homenageado teve a sua primeira comissão e tipicamente geológica: a de examinar a mina de carvão de pedra de Buarcos.

Impõe-se reconhecer que o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira tinha propósitos de proceder a observações geológicas em suas viagens de estudos e pesquisas naturalistas, e numerosas e duradouras realizou, demorando-se nove anos entre os estados brasileiros do Pará, Amazonas e Mato Grosso, palmilhando planícies, escalando montes, penetrando cavernas, percorrendo rios, vencendo cachoeiras, tanto que, em as “Instruções...”, organizadas para uso próprio e de seus auxiliares, teve o cuidado de estabelecer normas para observar “a altura, estructura dos montes, sem ficar por averiguar-se tudo quanto pode explicar depois o grande phenomeno da theoria da Terra, examinão-se então huma por huma tôdas as pedras, terras, minas, sais, enxofre, fosseis, anotando-se não só os lugares onde se axão mas também, a qualidade, riqueza e utilidade”.

Das cartas e mapas a que se propunha traçar, muitas das quais são conhecidas e o revelam exímio cartógrafo, a primeira, era a mineralógica e paleontológica, expressão de que alto era o seu grau de cultura científica pois que, no século XVIII, ambas as ciências — a mineralogia e a paleontologia — perduravam em incipiente estágio de desenvolvimento.

Para os trabalhos de campo, particularmente em sua longa “Viagem Philosophica...”, convenientemente se provera “dos

Instrumentos precisos para ella” e tinha propósitos, e os concretizou, da coleta de material geológico, devendo “ir as amostras colhidas para exame e devidas classificações”, “Bem entendido, que o que a hum unico Naturalista he possivel fazer em viagens tão longas e tão implicadas de incomodos he dado somente observar, e recolher: reservando para seu devido tempo, tudo quanto sem tempo de reflexão e sem hum abundante fornecimento de livros e de Instrumentos, nem se examina, nem se ordena como manda a Arte. Tudo o mais he proceder com precipitação; e sugear-se a erro, que a posteridade não desculpa”, no próprio e acertado conceito do homenageado.

Em meio a nossa prédica e, embora, dominados pela grande satisfação de vos dirigir a palavra, quanto no dizer acêrca do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, cumpre-nos acatar as ordens recebidas, limitando-nos a 15 minutos de oração e, mais que tudo, convém não esquecer que mais doce é ser desejado pelo pouco, do que indesejado ser pelo muito que se importuna. E não há razões para vos ocupar o precioso tempo, citando as obras que lemos do homenageado, de todos mui conhecidas e, senão, encontradiças na biblioteca dêste Museu e à mostra na exposição comemorativa, ora acontecendo na Biblioteca Nacional.

Apenasmente, para documentar a atuação do homenageado nos domínios das ciências geológicas, lembramos a uns e recomendamos a outros as obras “Extractos do Diário da Viagem Philosophica pelo Estado do Grão Pará...”, “Relação Circunstanciada do Rio Madeira e seu Território...”, os “Diarios Particulares”, “Viagem à Gruta das Onças”, “A Gruta do Inferno, Paraguay”, “Observações Philosophicas e Politicas sobre as Minas de Matto Grosso e Cuyabá...”, etc., nas quais descreve ou faz observações sôbre a fisiografia das áreas percorridas, cita a constituição litológica de montes, de linhas, de margens e praias fluviais, refere-se a estalactites e estalagmites de cavernas, examina lavras de ouro e anota amostras de rochas e minérios.

Largamente compensados pela leitura de poucas das muitas dados pela evidência dos fatos, fácil nos foi concluir, do que obras do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e grandemente aju-

gostosamente vos damos fé, que o naturalista pioneiro do Brasil cumpriu trabalhos geológicos e que, se não mais o fez, é que muita tarefa lhe houve a realizar como botânico, zoólogo e antropólogo.

Sem a menor sombra de irreverência, que a nós não prazeria e não seria justo para com o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em ligeira mas não leviana apreciação, somos obrigado a convir que a sua obra é, predominantemente, de observação e de descrição, inteiramente ao sabor dos naturalistas do século XVIII, dos Buffon, dos Cuvier, dos Saint Hilaire. Ainda mais, que a sua obra geológica é sobremaneira, geográfica. É que o nosso homenageado foi notável geógrafo, já tendo sido devidamente analisada a sua magnífica atuação nos domínios da geografia, e com esmero, paciência e amor, por ardoroso admirador e infatigável proclamador dos incontestes méritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, o nosso prezado amigo o Senhor João Ribeiro Mendes.

Cumpre-nos lembrar, para que não parem dúvidas sobre o nosso julgamento, que no século XVIII a geografia, cuidando da descrição da Terra, e a geologia, curando da sua interpretação, constituíam uma só ciência — a cosmologia — e que, somente no século XIX, há menos de 200 anos, a geologia, dirigida pelo gênio audaz de Charles Lyell, insinuava impôr-se como ciência nova e definida, embora, ainda modernamente, laços muito estreitos as liguem, mantendo-as irmanadas no relevante propósito de, estudando o meio e o homem, servirem ambas à Humanidade.

O naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, espírito culto e afeito à meditação e às vigílias, empregou em sua obra meritória um interesse minudente de pesquisador cauto e, consistente em suas observações, é exato em sua figuração, sendo que, viajor incansável, é seguro e emocionante nas descrições vivas e movimentadas das regiões por onde transitou, concatenando elementos preciosos, traçando roteiros válidos para investigações futuras onde ainda é vasta área de indagações para os estudiosos da terra, das plantas, dos animais e do homem, amplo campo de ação para os naturalistas hodiernos e vindouros.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista do século XVIII, operou em vasta superfície, nos campos largos da geologia, da botânica, da zoologia e da antropologia e, se maior profundidade não deixou transparecer na geologia, é que esteve sujeito pelas restrições do século que a mais não permitia e pelas próprias restrições humanas, tão assoberbado viveu de múltiplas e divergentes “disposições” e “atribuições”.

Oxalá que nós, os naturalistas de agora, praticamente e, em breve, oficialmente, geólogos, botânicos, zoólogos e antropólogos, sem a perda da tão necessária profundidade concomitantemente, pudéssemos ter a imensa superfície cultural do naturalista de outrora, do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira!

* * *

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA — BOTÂNICO

Luiz Emigdio de Mello Filho

Nesta ocasião em que comemoramos o bicentenário de um ilustre patricio, o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem poderíamos, sem exagêro, designar o Lineu brasileiro, coube-me a grata tarefa de algo lhes dizer de suas realizações botânicas.

Em maioria, ligam-se ao trabalho da “Viagem philosophica dos estados do Pará e vastos certões do Rio Negro, Matto Grosso e Cuyabá — distritos que privativamente se lhe assignarão”, em que, pelo prazo de nove annos se empenhou, por isso que, tendo desembarcado em Belém a 21 de outubro de 1783, por êsse mesmo pôrto, deixou para sempre a terra brasileira a 15 de outubro de 1792.

Para tão grande emprêsa, resumida era a equipe técnica que trouxe, composta de dois desenhistas ou “riscadores”, como então os chamavam, e um jardineiro botânico.

A iconografia botânica é mais importante que a relativa aos demais domínios das ciências naturais, quer pelo número de estampas quer pela finura de seu traço, perfeição do colorido, beleza e fidelidade, o que fâcilmente se pode constatar pelo exame dos cinco volumes de aquarelas, que foram mandadas copiar em Lisboa, nos arquivos do Real Jardim Botânico, pelo ministro brasileiro Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond, e que se encontram na biblioteca dêste Museu, da qual são, sem dúvida, um dos mais preciosos ornamentos. Embora sem pormenores estruturais, indicações de medidas ou análises florais, possuem tal caráter que, em maioria, não trazem dificuldades ao botânico, familiarizado com a flora hileiana, em lhes dar prontamente a denominação científica.

As aquarelas da coleção pertencente ao Museu Nacional compreendem 912 desenhos, dos quais 668 são de plantas. Na Biblioteca Nacional existem outros volumes com ilustrações, pela maior parte coloridas, de punho dos desenhistas da exposição Codina e Freire, nas quais o ilustre botânico e paisagista Glaziou lançou, com sua letra de talhe inconfundível, denominações genéricas ou específicas. Da relação dos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira que, por determinação do Visconde de Santarém, foram entregues a outro botânico, Felix de Avelar Brotero, encontramos 11 Memórias nas obras pertencentes à “Viagem Philosophica” e relacionadas com a Botânica, especialmente em seu aspecto aplicado e matérias correlatas como a Agricultura, a Etnobotânica (trabalho sobre o tabaco Paricá) e estudo das madeiras, etc. Nos papéis sem relação com a viagem há 4 Memórias de interesse botânico, sendo um, sobre os olivais da Vila de Coruche, dois sobre plantas medicinais e um quarto sobre as matas de Portugal, dividida em partes e lida perante a Academia Real das Ciências, de que era membro. Cabe aqui um curioso reparo — o de ter um botânico brasileiro estudado as matas de Portugal, quando mais lógico seria então que botânicos portugueses estudassem as matas do Brasil. Nas demais Memórias constantes de seu inventário e cuja autoria lhe é tão somente, com justa presunção, atribuída, há 12 de interesse botânico ou agrícola, especialmente da agricultura tropical, ou da Botânica aplicada à Farmácia, nelas tratando entre outros assuntos, da cultura do anil e do urucuma, das propriedades de lenho da *Quássia* e da raiz da Caninana, da cultura do Cânhamo, e, entre elas, uma há curiosamente intitulada: “Nomes vulgares de algumas plantas do Rio de Janeiro reduzidas aos triviais do sistema de Linneu e da Flora Fluminense”, por aí se inferindo ser também o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira um dos que primeiro se ocuparam com o conhecimento da flora fluminense.

Não sendo possível nesta curta palestra discutir os méritos da contribuição botânica de Alexandre Rodrigues Ferreira, sobretudo se considerarmos que ele foi decapitado pelo confisco de seu herbário e dos manuscritos da obra “Plantas do Pará”,

que juntamente com a “Zoologia Paraense” foram retirados por Geoffrey de Saint-Hilaire, quando da ocupação napoleônica, queremos, após as considerações introdutórias, esboçar uma faceta da personalidade do sábio naturalista, a de interessado na preservação e na exploração racional dos recursos naturais renováveis, combatendo os abusos, o saque à natureza e indicando soluções que, se atendidas e incorporadas à cultura dos habitantes da região, teriam importado em substancial alteração da economia atual da região amazônica.

Pego vênia para deixar falar o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira através de seus escritos do “Diário da Viagem Philosophica” pela capitânia de São José do Rio Negro: “O cravo que não deve ser tirado das árvores ainda novas, para não embaraçar sua multiplicação e conservação e para se não destruir mais do que se aproveita, com a mais reprehensível desolação, que lhe fazem os cabos e os índios, é cortado quebrado, e na falta do verdadeiro falsificado com o louro da vargem, porque não advertem, nem forão advertidos pelos intendentes que este mesmo abuso observado ha tempos neste Estado, deu motivo à publicação do alvará de 22 de março de 1688 em que sua Magestade houve por bem confirmar o bando, que o Sr. Gomes Freire da Andrade, sendo Governador e Capitão General do Estado, mandou lançar nelle, prohibindo que pessoa alguma fôsse aos rios, Capim e Tocantins a tirar casca de pau cravo por tempo de 10 anos, e o mais que parecessem aos officiais da Câmara e ao Governador, depois de proceder à vistoria, se se podia fazer o córte nas ditas árvores, para se permitir a todos geralmente fazendo primeiro um termo de não cortarem nem bolirem nas ditas árvores novas, sob pena de perderem o cravo, que trouxessem, ou fosse provado que tinham tirado a metade para a Fazenda Real e a outra metade para os denunciantes, além de serem degredados por três anos para a Fortaleza de Vera Cruz de Itapicurú. O mesmo digo de Copáuba.

E si pelo desenfreamento com que tem corrido as desordens poderadas, já hoje estão as drogas tão longe de nós, qual é a razão, porque, em vez de subirmos nós aos sertões, em dili-

gência delles, não fazemos, que desçam elas a meterem-se-nos nas mãos e a familiarizarem-se conosco ? O cravo já fica visto, que ao tempo do citado bando, o havia nos rios Capim e Tocantins, tão perto este da Capital, e nos quais, e em outros rios da costa do norte se podiam entreter matas dêle”. (participação quarta 19-2-1786). Nesta, mesma participação critica outros abusos dos negócios das drogas do sertão em prejuízo da agricultura como sejam os exageros na colheita da piassaba e na extração do cacau onde eram colhidos frutos verdes para encher as canôas mais depressa e para não deixar nada para os que viessem depois na mesma diligência. Em outro ponto refere textualmente: “Digo pois, que as drogas do certão são para o Estado do Pará o mesmo que as minas têm sido para Portugal”.

Na participação quinta, encontramos: “Nas ilhas fronteiras nascem as árvores da casca preciosa que em lingua baré se chama inidao. O Diretor não cessa de recomendar, aos que a procurão, que não cortem as árvores como costumam. Parece-me que as suas recomendações devem ser reforçadas com a sanção geral, que a V. Excia. parecer, contra os transgressores delas proibindo V. Excia. que se descasquem as árvores novas, ou se cortem umas e outras, à imitação do que na participação quarta escrevi que fizera o Sr. Gomes Freire de Andrade, a respeito do pau cravo, e à imitação do que V. Excia. fêz nesta capitania, com a nova madeira as de côr alaranjada do Rio Branco, prohibindo o seu córte, em quanto Sua Magestade o não permitir a todos geralmente como consta da carta de 24 de janeiro de 1783, expedida do comandante daquela fronteira”.

E mais adiante: “Em um pequeno vidro remeto igualmente a porção de óleo de Umiré que pude conseguir; ainda se conservão nos terrenos desta povoação, as árvores que o dão e pelo ativíssimo aroma do seu óleo exigem de V. Excia. as mesmas providências. À medicina particularmente interessam estas substâncias, e a V. Excia. não resulta menos honra em proteger a esta às que as outras faculdades naturais.”

Alertado por A. R. Ferreira assim se manifestou o governador do Estado em carta ao Coronel Manoel Lobo de Almeida: “Ocorrendo ao que com zelo do real serviço de Sua Magestade

e do bem comum dos seus vassallos me representou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que precisava de pronta e eficaz providência tanto sôbre a conservação e a propagação das palmeiras de paissaba, como sôbre se evitar que as pessoas, que se dirigem a colher a fruta das árvores chamadas da “casca preciosa” e do puxuri e a extrair o óleo de umiré, desordenadamente não descasquem as primeiras das ditas árvores, enquanto novas, nem umas e outras cortem; recomendo a V. S., que por ordens, circularmente existentes no distrito de seu comando, assim o haja de prevenir e fazerem executar; e que demais lhe determine, que as referidas palmeiras de piassaba, as procurem multiplicar plantando-se por diferentes partes, afim de que um tão útil gênero não venha a faltar para a continuação das cordas, que na passagem das canoas pelos caxoeiros, indispensavelmente se necessitam.” *

Pelas citações aqui trazidas, surge claramente marcado o vulto do doutor naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira como pioneiro nesta longa batalha pela preservação dos nossos recursos naturais renováveis, onde se tem empenhado os espíritos mais esclarecidos de nossa intelectualidade.

Terminando, quero prestar à sua memória um preito de admiração, que não é só meu, nem dos botânicos desta casa, mas de todos que tem conhecimento da obra do sábio brasileiro cujo bicentenário aqui reverenciamos.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A ZOOLOGIA

João Moogen de Oliveira
Museu Nacional

De Alexandre Rodrigues Ferreira disse Emilio Goeldi que “o que deixou de manuscritos seus sobre zoologia, botânica é de pequeno calado científico”. Com um pouco de malícia eu faria a mesma injustiça a Goeldi, apreciando-o através o que escrito nos deixou como legado científico. E de mim, amanhã, com menos malícia, aliás, pior se diria e com mais razão.

Eu acredito ser engano tanto dos panegiristas como dos detratores de Rodrigues Ferreira — analisar o cientista como se fôra excicata dos botânicos ou o exemplar em álcool, ou o pelecônio que não colheu agente mesmo para estudo fazendo sistemática ao em vez de *sistemática-razional*.

Alexandre Rodrigues Ferreira, trazendo para a expedição à sua terra o entusiasmo já maduro de uma boa formação básica, no período justamente de maior rigor biológico, realizou a façanha estupenda de percorrer 39.000 quilômetros de hileia e sertão, colecionando e observando e escrevendo e registrando, mas, principalmente, atendendo à injunção burocrática escravidante das instruções dos que o incumbiam da tarefa.

E, quando, regressando a Portugal, sobre ele se abateu vicissitudes novas e impossibilidade mesológica de retomar o fio de suas pesquisas — como poderia surgir dêle o zoólogo, o botânico, o etnólogo ou o geólogo? Seus escritos, são exúvios que revelam nitidamente as ecdises medeadas por estádios de um conhecimento progressivo e seguro de nossa história natural. Ou impede a um entomólogo descrever uma espécie ainda que da pupa não tenha conseguido o imago perfeito — porque condições ecológicas faltaram?

É tão amarga, aliás a odisséia de Rodrigues Ferreira — que sobrepuja em sua significação o sentido mesmo do trabalho ingente do grande naturalista, que êle foi, inegavelmente — — Nunca consegui ver em Alexandre Rodrigues Ferreira o zoólogo, de quem me incumbiram de falar aqui — tão impressionante é a lição de seu esforço infrutífero.

O contraste que representa o trabalho renhido de um naturalista, singularmente dotado, resistindo a vicissitudes incomuns, realizando integralmente uma etapa difícil de sua pesquisa — e o vazio final, é um fenômeno muito mais impressionante para mim do que fôra talvez a positivação publicada de seus descobrimentos.

Sente-se, rebuscando a obra e a vida do naturalista baiano, o ressaibo de quem realiza uma pesquisa longa e penosa para provar a inviabilidade de uma teoria.

Não há negar a utilidade do esforço, mas decepçiona o resultado final.

Ciência pura e ciências aplicadas! Não fôra quererem de Rodrigues Ferreira que descobrisse ouro e plantas e animais úteis e relatasse das gestões políticas, e visse fronteiras e introduzis-se métodos de explorar a terra... Deixassem-no, por si, estudar a região e êle nos teria transmitido o que aprendia de sua viagem e que deixou para relatar quando o desobrigassem da injunção imediatista.

Com três anos de estudo já êle pedia para regressar a Lisboa para estudar com êxito as suas coleções que se iriam tornando, como declara, “um confuso caos de produções diversas”. Como resposta, mandaram-no para o Rio Madeira. Tentou ainda, em 1790, retornar a Portugal e teve ordem para ir ao Cuiabá e ao Paraguai. — 3.600 quilômetros.

Quando voltou, finalmente a Portugal, encontrou, como previa, sua coleção feita caos. Fizeram-no “oficial papelista” como êle chama as funções burocráticas de que o incumbiram.

Deram-lhe funções administrativas, peiaram-no, com receio de seu sucesso.

A promessa, que cada uma de suas “participações” revelara de resultados científicos que viriam constituir um cabedal imen-

so de conhecimentos divulgados, nunca pôde ser cumprida e seu esforço foi totalmente anulado pelo objetivo que lhe foi imposto de fazer ciência aplicada.

Não há mais quem exija de um naturalista “que mande mais belas pedras” ou “plantas que tenham propriedades econômicas” — mas ainda há o que alijar de sobrecarga rotineira e de dispêndio em energia burocrática, para permitir que a pesquisa pura constitua o escopo único de cada um de nós.

Perdoem-me se não falei do zoólogo e que preferisse ver em Alexandre Rodrigues Ferreira a experiência negativa, e o símbolo que representa para nós.

Recentemente no Território do Amapá eu colecionei uma espécie nova de *Sigmomys*, um gênero ainda não assinalado no Brasil. *Simomys alexandréi*, será minha homenagem à memória do naturalista patricio.

* * *

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A ETNOLOGIA BRASILEIRA

L. de Castro Faria
Museu Nacional

Já se disse que a etnografia brasileira começa com a carta de Pero Vaz de Caminha; na realidade todo o século XVI oferece documentos não só extremamente significativos, testemunhos que são de condições de vida que se modificariam de ano para ano com a ação colonizadora ou simplesmente catequista, da qual muitos desses autores participaram, como em alguns casos esses documentos são surpreendentemente extensos e minuciosos. Basta lembrar as obras de Anchieta e dos demais membros da Companhia de Jesus, de Hans Staden, de Jean de Léry, de Gabriel Soares de Sousa, de Thevet e de Fernão Cardim.

No século XVII, as obras de Claude d'Abeville, Ives d'Evreux, Frei Vicente do Salvador, Pe. Simões de Vasconcelos e Pe. Montoya ampliam a valiosa documentação do século anterior sobre os Tupi, enquanto as de Marcgrave, Barleaus e Laet, completadas com as pinturas de Eckout, esboçam o quadro geral das culturas do temido grupo *Tapuia*, os índios bravos, contra os quais os tupis previniam o espírito cauteloso dos colonizadores.

É no século XVIII, todavia, que vamos deparar com uma iniciativa absolutamente singular a célebre *Viagem Filosófica*, do doutor naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, o sábio baiano formado em Coimbra, cujas atividades de pesquisas não encontram paralelo na nossa história colonial.

Da sua extraordinária viagem de estudos resultaram cerca de 20 memórias de conteúdo puramente etnográfico, algumas sobre determinados grupos indígenas da Amazônia, outras sobre aspectos particulares da cultura desses mesmos grupos, como

as memórias sôbre o Paricá, as Cuías de Monte Alegre e Santarém, a maloca dos Curutus, as salvas de palhinha.

Além das memórias, Alexandre Rodrigues Ferreira fêz executar desenhos coloridos; as suas estampas de índios, em número de 17, representam a maior e mais significativa documentação iconográfica realizada antes do advento das técnicas modernas de documentação.

Acima de tudo, Alexandre Rodrigues Ferreira não se limitou a descrever e a reproduzir, mas colecionou também objetos, remetendo-os para Portugal. À guisa de justificativa pressurosa, para os que acaso se mostrassem pouco convictos da utilidade do seu trabalho escrevia:

“Quaisquer que sejam as armas de que usam os gentios desta parte da América, eu os tenho remetido, no intuito de completar algum dia a História da indústria americana; sendo certo que, para se chegar a adquirir um perfeito conhecimento do seu princípio e progresso, é preciso mostrar o americano em tôdas as situações em que a Natureza o tem colocado; seguir os seus passos nos diferentes graus da sociabilidade por onde êle tem passado”.

Acreditamos que tenha sido êsse o primeiro colecionamento sistemático de peças etnográficas realizado no Brasil. A sua memória, aliás, tinha por escopo explicar a feitura e o uso das peças que eram reunidas e enviadas para o Reino, assumindo assim o caráter de verdadeiros estudos ergológicos, tão de gôsto de certos etnólogos.

Alguns autores, entretanto, procuram demonstrar que o século XVIII “foi quase estéril para a etnologia brasileira”.

Na nossa opinião, bastaria a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira para fazer assentar em pleno século XVIII o marco que assinala uma tomada de consciência dos problemas humanos do Brasil, por parte dos órgãos superiores da administração pública da metrópole.

Tomada de consciência que se fêz de u’a maneira integral, objetiva, nela incluída a documentação regular, sistemática, de todos os aspectos da vida dos aborígenes e de tôdas as popula-

ções neo-brasileiras das cidades, vilas e povoados da imensa região percorrida, mas sobretudo dos núcleos então em florescimento nas bacias dos grandes rios amazônicos.

Com as suas 11 memórias sobre diferentes grupos tribais dos rios Negro, Branco, Madeira, Guaporé e Paraguai; com as suas 7 memórias de caráter ergológico sobre elementos representativos dessas diferentes culturas e ainda mais com a sua preciosa documentação iconográfica, Alexandre Rodrigues Ferreira jamais poderá deixar de ser considerado como autor da obra etnográfica mais ampla e mais significativa de todo o século dezoito.

Mas não é apenas o valor científico de toda essa documentação etnográfica que distingue a sua excepcional atividade de investigar alerta e incansável, no registro quotidiano das mais variadas experiências.

É a compreensão do “índio”, do seu direito à liberdade, à liberdade da vida tribal e não de outra qualquer, conceituada por filósofos e teólogos, que êle procurou conhecer e chegou a estimar, e isto distingue e singulariza a sua obra. São as suas preocupações com o destino humano das populações indígenas da Amazônia, que fazem ressumar dos seus escritos a seiva quente de um sentimento de fraterna compreensão, apesar da distância que se alongava entre o seu universo de coimbreense erudito e o universo físico e mental dos nossos índios, com as suas culturas tribais aparentemente tão semelhantes e no fundo tão distintas.

Foi êsse sentimento de fraternidade, que o fêz certamente bradar com revolta incontida:

“A autoridade com que os sertanistas faziam estas conquistas era a da cobiça. As leis que seguiram no método de as fazerem eram as da desumanidade”.

E sente pejo de esmiuçar o quadro que defrontara:

“Metiam-se os vencidos em correntes ou gargaleiras e depois se repartiam pelos conquistadores. A estas tão injustas ações acompanhavam atrocidades inauditas e indignas de se referirem”.

Com membro de uma sociedade escravagista a subjugação dos negros talvez lhe tivesse parecido um fato natural e até inapelável. Ao defrontar porém com uma cultura tribal, como a dos Guaikuru, em cuja sociedade rigorosamente estratificada havia também lugar para cativos, índios de outras tribos, escravizados, acode-lhe uma reflexão amarga:

“Nós os chamamos bárbaros, porém eles nesta parte não desonram tanto a Humanidade, como as mais polidas nações da Europa, que sem embargo de terem a razão exercitada pela Filosofia e iluminada pela Revelação, em se estabelecendo na América, parece que de propósito excogitam os meios de fazer mais pesado o jugo da escravidão dos Negros”.

A assinatura de Alexandre Rodrigues Ferreira figura no termo de paz assinado a 1.º de agosto de 1791 em Vila Bela, entre o capitão general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e os índios Guaikuru. Alexandre Rodrigues Ferreira assinou-o *a rogo* dos caciques Emavidi Xamé e Queimá, dos quais se fizera amigo durante a sua estada no Forte de Coimbra.

Não só como etnógrafo, mas também como pacificador merece Alexandre Rodrigues Ferreira o reconhecimento e as justas homenagens dos antropologistas de hoje.

Talvez por isso não será demais reivindicar para um antropologista e para este instituto o mérito de ter feito ressoar alto e insistentemente o nome deste sábio de vida afanosa, transbordante de dádivas e carente de prêmios.

Em 1913, Roquette-Pinto, com aquêlê seu comovido e zeloso carinho pelos sábios que lhe aclararam o caminho, recordava em bela conferência proferida na Biblioteca Nacional, o fecundo trabalho do naturalista da Viagem Filosófica. Em 1929 instituía no Museu Nacional um “Prêmio Alexandre Rodrigues Ferreira”, destinado às crianças menores de 11 anos, que se apresentassem ao concurso de desenho infantil naturalista. Reflitam bem — *desenho naturalista*, feito por crianças de menos de 11 anos... Que homenagem mais sútil, mais bela e mais amável se poderia prestar ao sábio que em pleno século dezoito,

durante cêrca de nove anos, andara por êsses *brasis* a amearhar, dia após dia, desenhos e mais desenhos, dos nossos bichos, das nossas plantas e das nossas gentes ?

A partir de 1932 a Revista Nacional de Educação começa a publicar, desde o seu primeiro número, as estampas da Viagem Filosófica. Era a vulgarização, a popularização do nome de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nesta data, e nesta solenidade comemorativa do bicentenário do nascimento do autor da obra etnográfica mais original e mais fecunda do século XVIII, a Divisão de Antropologia, fiel ao dogmã de profundo respeito à tradição e comovida humildade diante das grandes figuras que avultam na bruma do passado, dogma tão firmemente defendido por Roquette Pinto, volta a reafirmar, por nosso intermédio, os sentimentos do mais profundo e reverente respeito ao sábio naturalista da *Viagem Filosófica*.

* * *

1610
Cmup.

PEDE-SE PERMUTA

ON PRIE L'ÉCHANGE

SE SOLICITA EL CANGE

SI PREGA L'INTERCAMBIO

EXCHANGE IS WANTED

MAN BITTET UM AUSTAUSCH



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com

